



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

TERMO DE REFERÊNCIA

1. **Definição do objeto** Contratação de prestador de serviço com formação em direito para o CREAS.

Item	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	Preço Unitário	Preço Total
1	Contratação de prestação de serviço com formação em direito, portador de diploma/certificado de conclusão do curso superior e a carteira de registro no respectivo Órgão fiscalizador do exercício profissional, conhecimento específico em direitos difusos e coletivos e experiência profissional na área de violações de direitos de criança/adolescente, mulher vítima de violência e idosos (ECA, Estatuto do Idoso, Lei Maria da Penha, Lei nº 12.594). Carga horária total de 380 horas, média de 34 horas mensais no ano de 2024.	Hora	380	R\$130,00	R\$49.400,00

2. **Vigência do Contrato:** Até 31/12/2024

3. **Fundamentação da contratação**



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

A contratação do prestador de serviço atende a necessidade da Secretaria de Assistência Social e Habitação para realizar os atendimentos, orientações e acompanhamentos junto a equipe de referência do CREAS.

4. Requisitos da contratação:

O prestador deverá ter formação em direito, portar de diploma/certificado de conclusão do curso superior e carteira de registro no respectivo Órgão fiscalizador do exercício profissional, possuir conhecimento específico em direitos difusos e coletivos e experiência profissional na área de violações de direitos de criança/adolescente, mulher vítima de violência e idosos (ECA, Estatuto do Idoso, Lei Maria da Penha, Lei nº 12.594). O prestador também deverá estar presente no CREAS conforme a necessidade dos técnicos/atendimentos, tendo como base a média de 34 horas mensais e totalizando 380 horas no ano de 2024.

5. Descrição da solução como um todo, considerado todo o ciclo de vida do objeto.

A contratação do prestador de serviço atende a necessidade da Secretaria de Assistência Social e Habitação para realizar os atendimentos, orientações e acompanhamentos junto a equipe de referência do CREAS.

6. Modelo de execução do objeto, que consiste na definição de como o contrato deverá produzir os resultados pretendidos desde o seu início até o seu encerramento.

O prestador deverá realizar:

- Orientação jurídico-social à equipe referência;
- Estudo de caso junto à equipe de referência;
- Realização de acompanhamento especializado, por meio de atendimentos familiar, individual ou em grupo;
- Realização de visitas domiciliares às famílias acompanhadas pelo CREAS, quando necessário;
- Trabalho em equipe interdisciplinar;
- Participação em capacitações e formação continuada da equipe do CREAS, reuniões de equipe, estudos de casos e demais atividades correlatas;
- Participação de reuniões para avaliação das ações e resultados atingidos e para planejamento das ações a serem desenvolvidas, para a definição de fluxos, instituição de rotina de atendimento e acompanhamento dos usuários, organização dos encaminhamentos, fluxos de informação e procedimentos;
- Ações de mobilizações e enfretamento;
- Acompanhamentos dos casos junto ao Sistema de Garantias de Direitos.

Além das legislações citadas, o desenvolvimento das funções do prestador de serviço no CREAS, devem estar com base às legislações que são instrumentos de trabalho dos profissionais do SUAS – Sistema Único de Assistência Social, dos quais destacam-se, afim de facilitar e contribuir para o fortalecimento do exercício da cidadania pelos cidadãos, principalmente os mais vulneráveis, através da viabilização do acesso aos direitos sociais, direitos socioassistenciais e outros, que já estejam constitucionalmente ou legalmente regulamentados e/ou que venham a ser garantidos.

- Constituição Federal – CF, 1988;
- Lei Orgânica da Saúde – LOS/1991;



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

- Lei Orgânica da Previdência Social – LOPS/1992;
 - Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS / 1993;
 - Estatuto do Idoso – Lei 10741/2004;
 - Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004;
 - Política Nacional do Idoso – PNI/1995;
 - Política Nacional de Integração da Pessoa com Deficiência – PNIPD/1999;
 - Norma Operacional Básica de Assistência Social– NOBSUAS/2005;
 - Novo Código Civil;
 - Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS – NOB-RH/SUAS/2007;
- NOB/SUAS 2012
- Decretos e Portarias do Ministério de Desenvolvimento Social;
 - Programa Brasil sem Homofobia;

Fundamental ainda ter a compreensão das seguintes áreas de atuação da orientação jurídico-social:

- Direito da mulher e de vítimas de violência doméstica/intrafamiliar – direcionado à solução das questões relativas à repressão dos atos de violência praticados contra a mulher (Lei 11.340/Lei Maria da Penha);
- Direito da criança e do adolescente – garantir os direitos em casos de violência sexual, agressões, danos, violações e em situações de ato infracional (Constituição Federal de 1988; Lei 8.069/90-ECA; Decreto Lei 5.452/1943 – Dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho; Portaria 20/2001-Secretaria de Inspeção do Trabalho; Decreto 6.481/2008, de 12 de junho de 2008 – Trata das piores formas de trabalho infantil; Resolução nº113, de 19 de abril de 2006 do CONANDA e Normativas Internacionais);
- Direito da Família – em casos de tutela, guarda de crianças e adolescentes, reconhecimento de paternidade e maternidade, separação, divórcio, regulação de alimentos e visitas, interdição. Este procedimento será disponibilizado somente para o público alvo do CREAS. (Código Civil) e de forma incidental;
- Direito da Pessoa Idosa – defesa dos direitos da pessoa idosa, principalmente nos casos de violência familiar ou doméstica (Lei nº 10.741/2003 – Estatuto do Idoso; Constituição Federal de 1988 – BPC/Benefício de Prestação Continuada);
- Direito da Pessoa com Deficiência – defesa e proteção de crianças, adolescentes e adultos com deficiência (Estatuto da Criança e do Adolescente; Constituição Federal de 1988; Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência; A Proteção das Pessoas com Deficiência no Código Civil; Leis e Decretos);
- Proteção aos Direitos Humanos – população em situação de rua (Constituição Federal de 1988).

O serviço deverá ser prestado de acordo com a descrição acima, tendo como carga horária total 380 horas, média de 34 horas mensais e finalizará com a conclusão das 380 horas ou com a data final de vigência do contrato.

O profissional será acompanhado pela Secretaria de Assistência Social e Habitação, CREAS e monitorado pelo CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social.

Apresentar relatórios de horas "semanais; quinzenais; mensais" que devem ser encaminhados junto com a nota fiscal do serviço prestado durante o transcurso do Contrato firmado.

O contratado também deverá:

- Atender ao disposto no contrato conforme especificação da prestação de serviço;
- Respeitar os horários, cronograma de agenda que lhe forem repassados e dirigir-se com condução própria nos respectivos locais da agenda;



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

- Nos casos em que o contratado precisar se ausentar de suas atividades, avisar com antecedência mínima de 24 horas e com devida justificativa;
- O contratado deve atender ao contrato em tempo hábil, dentro das necessidades e expectativas da equipe da Secretaria Municipal de Assistência Social;
- Manter atualizada registro de todas as atividades desenvolvidas nos atendimentos e manter atualizado junto a equipe técnica do CREAS.
- O profissional contratado deverá preencher diariamente a folha ponto de controle de horas realizadas e entregar assinada na Secretaria Municipal de Assistência Social até o dia 20 de cada mês.
- O contratado deverá executar/prestar o objeto licitado rigorosamente de acordo com este Termo de Referência.

A contratação terá como fiscal Teila Sarita Tomaselli.

7. Critérios de medição e de pagamento

O pagamento será efetuado através da Secretaria Municipal de Planejamento, Gestão e Finanças da Prefeitura Municipal de Schroeder, a crédito do beneficiário no prazo de até 15 (quinze) dias corridos da data de aceitação do serviço, pela CONTRATANTE, acompanhado dos documentos fiscais. O pagamento será efetuado na conta bancária especificada pela licitante na proposta comercial, que deverá ser expressa no corpo da nota fiscal ou outro no relatório de horas.

A despesa será custeada através de recurso federal do CREAS. Centro de custo 2.065 - Proteção Social Especial de Média Complexidade (CREAS).

8. Forma e critérios de seleção do fornecedor

Prestador de serviços que atenda os requisitos e apresente o menor valor.

9. Data e Assinatura de quem fez o Termo de Referência

Secretaria de Assistência Social e Habitação
Teila Sarita Tomaselli
Matrícula 1669
Encarregada Administrativa

Schroeder, 02 de fevereiro.